

TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MT

Termo de Referência 50/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
50/2026	70022-TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MT	ALEX MATEUS	25/05/2026 15:36 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	87/2026	01572.2026-5

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 A aquisição de coletes de tecido *dry fit*, tamanhos M, G e GG, com elástico e estampa na frente e nas costas e de acordo com as medidas-padrão indicadas no subitem 1.9.7 deste termo de referência, para a utilização de coordenadores de acessibilidade, demais convocados para atuarem nas Eleições Gerais de 2026 e outros profissionais, que desempenharão um papel crucial na facilitação do acesso aos eleitores com deficiência auditiva, às seções eleitorais, às unidades e aos setores relacionados ao referido pleito eleitoral.
- 1.2 Embora no estudo técnico preliminar – ETP tenham sido indicados 4 tamanhos (P, M, G e GG), nesta etapa, decidiu-se desconsiderar o tamanho P, de modo que devem ser considerados, apenas, os tamanhos M, G e GG.
- 1.3 O item a ser adquirido se enquadra e está, efetivamente, relacionado no grupo 23 uniformes, tecidos e aviamentos, nas características e quantitativos estimados, conforme tabela abaixo, sob condições e exigências descritas neste instrumento.
- 1.4 Segue a tabela de quantitativos e preços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	<p>Título: colete em tecido <i>dry fit</i> com elástico lateral personalizado.</p> <p>1.Descrição Geral:</p> <p>Colete confeccionado em tecido tipo <i>dry fit</i>, destinado à identificação visual durante os preparativos e a realização das Eleições Gerais de 2026, podendo apresentar variações de cores, layout e elementos gráficos, conforme definição da Administração deste Tribunal no momento da solicitação.</p> <p>2.Características Mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: Tecido tipo em <i>dry fit</i> poliéster, com propriedades de respirabilidade e secagem rápida					

01	<ul style="list-style-type: none">• Modelo: Colete fechado, com elásticos laterais para melhor ajuste ao corpo.• Acabamento: Viés de acabamento nas cavas e na gola; elásticos laterais com largura aproximada de 20 mm a 30 mm.• Personalização: Impressão em serigrafia ou sublimação, na frente e nas costas, conforme a ser, fornecido pela Administração desta Corte.• Layout e cores: Poderão ocorrer variações de cores, textos, logotipos e posicionamento das artes, de acordo com a necessidade institucional, mantendo-se as características gerais do produto.• Grade de tamanhos: M, G e GG.• Distribuição dos tamanhos: A quantidade de unidades, por tamanho, será definida pela Administração desta Corte no momento da solicitação, conforme a necessidade. <p>3.Embalagem e acondicionamento:</p> <p>Os coletes deverão ser entregues embalados, individualmente, em invólucro plástico transparente e lacrado.</p> <p>Após a embalagem individual, deverão ser acondicionados em lotes contendo 10 (dez) unidades, reunidos em caixas ou embalagens plásticas resistentes, devidamente identificados, externamente, quanto às características do material e aos respectivos tamanhos, classificados nos tamanhos M, G e GG.</p> <p><u>Grupo 23 – Uniformes, Tecidos e Aviamentos</u></p>	631962	Unidade	60.000	18,00	1.080.000,00
----	--	--------	---------	--------	-------	--------------

VALOR TOTAL		R\$ 1.080.000,00
--------------------	--	-------------------------

1.5 O bem objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, conforme justificativa constante do estudo técnico preliminar - ETP.

1.6 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, nos termos das regras contidas no Decreto n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.7 O custo estimado total da contratação é de, **R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais)** conforme custos unitários do quantitativo de, conforme a tabela **60.000 (sessenta mil) unidades**, conforme a tabela acima.

1.8 A presente contratação visa atender às necessidades deste Tribunal durante o exercício de 2026, considerando os preparativos que antecedem a realização do pleito eleitoral e, se necessário, no exercício posterior, a ser realizada por meio do sistema de registro de preços - SRP, na modalidade pregão eletrônico, **admitida a prorrogação da vigência da ata de registro de preços - ARP por igual período, até o limite de 12 (doze) meses**, nos termos da legislação vigente, hipótese em que o **quantitativo registrado poderá ser renovado pelo mesmo quantitativo inicialmente estimado**, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, com as entregas ocorrendo de forma integral de acordo com a quantidade solicitada por meio da emissão de nota de empenho, conforme a necessidade deste Tribunal.

1.8.1 Os códigos e descrições do “CATMAT”, constantes do “SIASG”, citados pelo “Comprasnet” podem, eventualmente, divergir da descrição dos itens quanto às especificações e outras características. Havendo divergências quanto ao (à) código/descrição do CATMAT valem as especificações detalhadas neste termo de referência.

1.9 Aprovação de Layout e Prova de Material

1.9.1 Na primeira aquisição, após o recebimento da nota de empenho, a contratada/fornecedora deverá apresentar, para fins de análise e aprovação, **prova do material e do layout do colete**, contendo as especificações do tecido, cores, dimensões, posicionamento de logotipos, inscrições e demais elementos gráficos previstos neste termo de referência.

1.9.2 A apresentação deverá consistir em **1 (uma) unidade do (a) modelo/amostra do produto**, entregue ao (à) servidor (a) ou à comissão responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização da contratação, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos solicitado**, antes da fabricação do quantitativo a ser solicitado.

1.9.3 Essa amostra permitirá a verificação da conformidade do material, do acabamento, das dimensões e da identidade visual, bem como a solicitação da correção de eventuais erros ou defeitos de fabricação.

1.9.4 Será realizada a análise da peça apresentada, sendo possível a solicitação de ajustes, caso sejam identificadas divergências em relação às especificações estabelecidas. Somente após a **aprovação formal da amostra** será autorizada a produção das demais unidades.

1.9.5 Após a aprovação da amostra, a contratada/fornecedora terá o prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** para a entrega definitiva dos coletes, não devendo o prazo total ultrapassar **40 (quarenta) dias corridos**, contados do aceite da nota de empenho.

1.9.6 Eventuais custos decorrentes da elaboração da prova do material e do *layout* correrão por conta da contratada/fornecedora, sem ônus adicionais para este Regional.

1.9.7 Seguem, abaixo, as medidas referenciais correspondentes aos tamanhos M, G e GG, admitindo se a variação de até 2 centímetros para maior ou para menor, em razão do processo de fabricação.

Tamanho	Largura (tórax)	Comprimento
M	51 a 53 cm	67 a 69 cm
G	54 a 56 cm	70 a 72 cm
GG	57 a 60 cm	73 a 76 cm

Como medir:

- Largura (tórax): medida frontal do colete, de uma lateral à outra, na altura do peito.
- Comprimento: do ponto mais alto do ombro até a barra inferior.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A fundamentação da presente contratação e de seu quantitativo encontram-se pormenorizados no estudo técnico preliminar – ETP e na tabela acima constante deste termo de referência (subitem 1.4).

2.2 A presente demanda **não** foi prevista no Plano de Contratações Anual – PCA, exercício de 2026, sendo necessária a solicitação de autorização, para tal providência, ser requerida à Administração desta Corte.

2.3 A despesa encontra-se devidamente alinhada com o planejamento estratégico do Tribunal.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Aquisição de coletes de tecido *dry fit*, tamanhos M, G e GG, com elástico e estampa na frente e nas costas e de acordo com as medidas-padrão indicadas neste termo de referência.

3.2 Excelente custo-benefício e visibilidade; respirável e confortável para longos períodos de uso; durável e reutilizável. Contribui para a sustentabilidade, em função da utilização de materiais de longa duração.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Critérios de Sustentabilidade:

4.1.1 A Portaria n.º 42/2022, deste Tribunal, assim estabelece:

4.1.1.1 Artigo 1º Adotar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União (CGU/AGU) e suas atualizações para as contratações sustentáveis deste Tribunal.

Parágrafo único. O Guia prático de Licitações Sustentáveis do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do Conselho de Justiça Federal (CJF) e o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) poderão ser utilizados subsidiariamente para a inclusão de critérios de sustentabilidade não contemplados no guia mencionado no caput deste artigo.

4.1.1.2 Artigo 2º Determinar que todas as unidades envolvidas nos processos de aquisição de bens e contratação de serviços sigam as orientações constantes do guia ora adotado.

4.1.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 4ª Edição:

1. Que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, quando couber;
2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
3. Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento, quando couber;
4. Modo de produção - sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais;
5. Uso - produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental;
6. Destinação final - produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso, quando couber;
7. que devam ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, em lotes fechados em plástico ou caixa de papelão contendo 10 (dez) unidades de colete cada lote, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
8. que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.3 Indicação de Marcas ou Modelos

4.1.3.1 Não haverá indicação de marca ou modelo.

4.1.4 Da Exigência de Amostra

4.1.4.1 Não serão exigidas amostras para o item durante a fase do certame licitatório.

4.1.5 Da Exigência de Carta de Solidariedade

4.1.5.1 Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

4.1.6 Subcontratação

4.1.6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto da contratação.

4.1.7 Garantia da Contratação

4.1.7.1 Para a contratação não será exigida garantia, por se tratar de material de consumo e de pronta entrega.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1 Condições de Entrega:

5.1.1 A entrega dos coletes deverá ser feita de forma única, nos termos da solicitação efetuada por nota de empenho, conforme especificações dos materiais e respectivas quantidades, de acordo com a descrição do item (coletes) contida no estudo técnico preliminar e neste termo de referência, acompanhada da nota fiscal correspondente que deverá ser preenchida com as especificações apresentadas na nota de empenho.

5.1.2 A empresa fornecedora deverá efetuar a entrega do produto, no período de segundas às sextas-feiras, durante o horário de expediente deste Tribunal, no Setor de Almoxarifado da Seção de Gestão de Material, da Coordenadoria de Contratações e Materiais, situado na Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº 4.750, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT, CEP: 78.049-941, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para a entrega definitiva, não devendo o prazo total ultrapassar os 40 (quarenta) dias corridos, contados do aceite do empenho.

5.1.3 A recusa em assinar a ata de registro de preços - ARP ou em dar o aceite na nota de empenho configura o descumprimento total da obrigação, de acordo com o artigo 90, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021, de modo que a empresa inadimplente será responsabilizada e enquadrada nos termos do artigo 155, e seus incisos, da Lei n.º 14.133/2021.

5.1.4 Os coletes deverão ser novos, devidamente protegidos e embalados (em lotes contendo 10 (dez) unidades), adequadamente, contra danos de transporte, manuseio, acompanhados das respectivas notas fiscais, tendo por base a data-limite estipulada no subitem 1.9; e seguintes deste termo de referência.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O instrumento de contrato será substituído por nota de empenho de despesa (artigo 95 da Lei n.º 14.133, de 2021) e a execução deverá ser, fielmente, efetuada pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da contratação, o cronograma de execução será prorrogado, automaticamente, pelo tempo correspondente.

6.3 As comunicações entre este órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 Este Regional poderá convocar representante da empresa para a adoção de providências que devam ser cumpridas, de imediato.

6.5 Após o recebimento da nota de empenho, este órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, para a apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para a execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 Fiscalização

6.6.1 A execução do objeto da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos (as) servidor (as) indicado (as), pelos respectivos substitutos, ou por comissão indicada (Lei n.º 14.133, de 2021, artigo 117, *caput*, Portaria n.º 379/2023, e Ordem de Serviço n.º 37/2017, deste Regional).

6.7 Fiscalização Administrativa

6.7.1 A fiscalização administrativa da contratação deverá verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e de termos aditivos, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (artigo 23, incisos I e II, do Decreto n.º 11.246, de 2022).

6.7.2 Caso ocorra o descumprimento das obrigações assumidas, o fiscal administrativo da contratação deverá atuar, tempestivamente, na solução do problema.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

7.1 Recebimento

7.1.1 Os materiais serão recebidos, conforme as disposições contidas nos artigos da Lei n.º 14.133/21 da seguinte forma:

7.1.1.1 PROVISORIAMENTE, para o efeito de posterior verificação da conformidade do produto com as especificações constantes da proposta, marca, modelo, especificações técnicas etc.;

7.1.1.2 DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade e da quantidade exigidas, bem como das características descritas neste termo de referência e no edital.

7.1.2 Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização da contratação ou pela comissão de recebimento, conforme o caso, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no edital e na proposta.

7.1.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

7.1.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

7.1.5 O recebimento definitivo completar-se-á após o atesto, pelo fiscal designado pela Administração deste Tribunal;

7.1.6 No prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos:

7.1.6.1 A fiscalização analisará, aleatoriamente, unidades do material recebido, após a entrega definitiva de cada item, podendo ser recusado se isto se fizer necessário, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento por parte deste Regional;

7.1.6.2 Caso o fiscal, designado pelo recebimento do material, verifique a sua perfeita compatibilidade com as exigências do edital e com a proposta apresentada quando da licitação, atestará o recebimento definitivo e o cumprimento das obrigações por parte da empresa;

7.1.6.3 Caso contrário, notificará a contratada para proceder às correções e/ou substituições, no prazo máximo 15 (quinze) dias corridos;

7.1.6.4 Na hipótese de a contratada não proceder às correções e/ou substituições, dentro do prazo estipulado, incidirá a penalidade de multa moratória, no percentual a ser definido no edital e/ou no termo de referência podendo, inclusive, culminar com a e rescisão da contratação.

7.2 Liquidação

7.2.1 Recebida a nota fiscal ou o documento de cobrança equivalente correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do artigo 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77/2022.

7.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.2.1 prazo de validade;

7.2.2.2 a data da emissão;

7.2.2.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.2.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.2.2.5 o valor a pagar; e

7.2.2.6 o eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para este Tribunal;

7.2.4 A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.2.5 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar a possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, nos termos da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018, que estabelece as regras de funcionamento do SICAF.

7.2.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração deste Tribunal.

7.2.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deste Tribunal deverá comunicar, aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal, a inadimplência da contratada, bem como a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8 Persistindo a irregularidade, a Administração deste Tribunal deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada, à contratada, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.2.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados, normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3 Prazo de Pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme o disposto na seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º77, de 2022.

7.3.2. No caso de atraso causado por este Regional, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

7.4 Forma de Pagamento

7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar, como emitida, a ordem bancária para o pagamento.

7.4.3 Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5 A contratada, regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida lei complementar.

7.4.6 Os procedimentos relacionados ao pagamento da nota fiscal, emitida pela contratada, deverão obedecer às regras previstas na Portaria n.º 110/2023, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

8.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

1. Gestão/Unidade: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO;
2. Fonte de Recursos: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – SAO/CMP;
3. Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0051 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de Mato Grosso e/ou 02.061.0570.4269.0001 – Pleitos Eleitorais;
4. Elemento de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo;
5. Plano Interno: Planejamento Estratégico 2021-2026;

8.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da lei orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

8.4 Não houve a necessidade de classificar as informações contidas neste termo de referência como ultrassecretas, secretas ou reservadas, nos termos do artigo 24 da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais)** conforme quantitativo e custo unitário apostos para os itens e nas especificações do produto descritas no subitem 1.4 deste termo de referência.

9.2 No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

10. DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial, quando:

10.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;

10.1.2.3 Pedir para ser desclassificado, quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4 Deixar de apresentar amostra, quando solicitada;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações o edital;

10.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração desta Corte;

10.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.6 Fraudar a licitação;

10.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 Induzir, deliberadamente, a erro no julgamento;

10.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.7 Praticar atos ilícitos com o objetivo de frustrar os objetivos da licitação.

10.1.8 Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração desta Corte poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 Advertência;

10.2.2 Multa;

10.2.3 Impedimento de licitar e contratar;

10.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor da contratação licitada.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor da contratação lícitada.

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, com a penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de sua intimação.

10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar, na esfera federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 Poderá ser aplicada, à contratada, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no artigo 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021 (prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos).

10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato (ou o documento equivalente) ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou da entidade promotora da licitação, nos termos do artigo 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10 A apuração de responsabilidade e a aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratadas, por infrações cometidas em processos licitatórios ou contratações, no âmbito deste Regional, obedecerá às regras descritas na Portaria nº 83/2025, deste Tribunal.

10.11 A aplicação das sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da reparação integral dos danos causados a esta Corte (artigo 156, § 9º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.12 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida, administrativamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.13 As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da aplicação da sanção, nos termos do artigo 161 da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que, também, sejam tipificados como atos lesivos pela Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados, conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida lei (artigo 159 da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.15 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada, sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à contratada do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (artigo 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.17 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos por este Tribunal decorrentes desta mesma contratação ou de outros contratos administrativos que a contratada possua esta Corte, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEX MATEUS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 15:36:22.

